



XXII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – XXII ENANCIB

ISSN 2177-3688

GT-12 – Informação, Estudos Étnico-Raciais, Gênero e Diversidades

**POBREZA EM INFORMAÇÃO: NECESSIDADES E BUSCA DE INFORMAÇÕES POR MULHERES
VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA**

**INFORMATION POVERTY: NEEDS AND SEARCH OF INFORMATION BY WOMEN VICTIMS OF
VIOLENCE DOMESTIC**

Natália Francisca Nascimento da Silva. UFPE.

Nadi Helena Presser. UFPE.

Modalidade: Resumo Expandido

Resumo: Conforme definido nos estudos de Chatman, a pobreza em informação é um dos pilares das barreiras sociais de acesso à informação. Assim a presente pesquisa apresenta resultados parciais sobre as circunstâncias que impulsionam mulheres, vítimas de violência doméstica, a assumirem suas necessidades informacionais e moverem-se em busca da informação. O estudo faz menção aos trabalhos desenvolvidos na área da Ciência da Informação pela pesquisadora Elfreda Chatman e suas análises sobre o comportamento em informação de populações marginalizadas e socialmente excluídas. Os dados foram coletados através de entrevistas semiestruturadas com profissionais de uma organização não governamental feminista e com mulheres vítimas de violência doméstica que buscaram essa entidade para obterem algum tipo de informação e orientação e dar fim à violência das quais eram vítimas. Os resultados são apresentados com base na análise de conteúdo, evidenciando as questões sociais que interferem no comportamento em informação das vítimas de violência doméstica, além de identificar os recursos de autoproteção, adotados por elas, não apenas para ocultar a violência com a qual convivem, mas para a manutenção de padrões sociais que normalizam a violência e a misoginia em nossa sociedade. Assim, foi permitido concluir que essas mulheres vivem numa realidade de vida informacional empobrecida, restrita a contextos que impulsionam a escassez informacional, a qual dificulta a erradicação da violência contra a mulher.

Palavras-Chave: Comportamento em Informação. Pobreza em Informação. Violência Doméstica.

Abstract: As defined in Chatman's studies, information poverty is one of the pillars of societal barriers to accessing information. Thus, the present research presents partial results about the circumstances that drive women, victims of domestic violence, to assume their informational needs and move in search of information. The study mentions the work developed in the area of Information Science by researcher Elfreda Chatman and her analyzes of the information behavior of marginalized and socially excluded populations. Data were collected through semi-structured interviews with professionals from a feminist non-governmental organization and with women victims of domestic violence who sought out this entity to obtain some type of information and guidance to end the violence of which they were victims. The results are presented based on content analysis, highlighting the social issues that interfere in the information behavior of victims of domestic violence, in addition to identifying the self-protection resources, adopted by them not only to hide the violence with which they live, but for the



maintenance of social standards that normalize violence and misogyny in our society. Thus, it was possible to conclude that these women live in a reality of impoverished informational life, restricted to contexts that drive informational scarcity which makes it difficult to eradicate violence against women.

Keywords: Information Behavior. Information Poverty. Domestic Violence.

1 INTRODUÇÃO

Às mulheres foi concedido o lugar da submissão, da invisibilidade e da passividade, colocadas à parte do centro das decisões familiares e políticas. Por tudo isso, vivenciam diversas formas e expressões de exclusão, uma delas naquilo que Chatman (1996) denominou “pobreza em informação”. A autora definiu um mundo de pobreza em informação como aquele em que uma pessoa não deseja ou não sabe resolver um problema crítico, pois se percebe desprovida de quaisquer fontes de informação que poderiam ajudá-la.

Esforços de resistência são empenhados por movimentos sociais que lutam pelo fim da segregação feminina e por igualdade de direitos. Esses movimentos, estruturados em organizações não governamentais (ONGs) feministas, são caracterizados por empreenderem ações de emancipação política que impulsionam o empoderamento e a cidadania das mulheres, além de propor modos críticos de analisar as relações sociais entre homens e mulheres. (GREGORI, 2017; SARTI, 1988). Mesmo com um histórico ascendente em visibilidade e conquista de direitos, ainda há muito caminho a ser percorrido pelas mulheres. A despeito do advento de leis protetivas, no caso do Brasil, a Lei 11.340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha (BRASIL, 2006), tem-se o aumento gradativo de casos de feminicídios e registros oficiais de agressão às mulheres.

Este estudo examinou as características do comportamento em informação de mulheres vítimas de violência doméstica que têm aplicabilidade geral para os estudos sobre barreiras sociais de acesso a informação. Especificamente, descreveu as circunstâncias que encorajaram as vítimas de violência doméstica a buscarem informações. As reflexões desta pesquisa fazem menção aos trabalhos desenvolvidos sobre o comportamento em informação por Chatman (1996, 1999, 2000), especificamente, nas suas análises das barreiras sociais de acesso à informação. Na área da Ciência da Informação, ela se destaca por estudar mulheres marginalizadas, vivendo em determinados contextos, e os resultados de suas pesquisas representam uma importante contribuição teórica às investigações empíricas sobre o comportamento em informação.



Nesse estudo, temos como objetivo caracterizar o comportamento em informação de mulheres que buscaram orientação informacional no Centro das Mulheres do Cabo, organização não governamental, que atua em diversas frentes de resistência feminina, dentre elas, o enfrentamento à violência doméstica. Os objetivos específicos buscaram, a) Descrever as circunstâncias que encorajaram as mulheres a buscarem ajuda; b) Identificar o tipo de orientação que procuravam; e c) Analisar o comportamento em informação dessas mulheres, à medida que acessavam as informações no enfrentamento à violência.

2 POBREZA EM INFORMAÇÃO: OS CONCEITOS DE CHATMAN

Para Chatman (1996, 1999, 2000), o comportamento em informação das pessoas está ligado aos contextos de interação social, necessidades circunstanciais e às normas sociais convencionadas a indivíduos ou grupos. A partir disso, busca explicar o porquê de algumas pessoas não procurarem ou não utilizarem a informação. Para entender o processo de busca e apropriação da informação é mais adequado, primeiro, compreender o comportamento das pessoas com relação à informação. Para ela, o comportamento em informação é entendido como um estado no qual uma pessoa pode ou não buscar uma informação relevante, pode ou não agir com base na informação recebida, sempre circunscrita às normas sociais do grupo no qual esteja inserida.

Nas suas incursões teóricas Chatman (1996, 1999, 2000) defende que é fundamental observar o papel que a informação desempenha em contextos socialmente empobrecidos e marginalizados. Assim, ela define alguns conceitos, que se relacionam com esse empobrecimento informacional, dentre eles o de **Mundo Pequeno** (*small world*) que diz respeito a horizontes sociais, e consequentemente informacionais, restritos “A vida em um mundo pequeno é aquela em que as atividades são rotineiras e previsíveis”. (CHATMAN, 1999, p. 209, tradução nossa ¹). Um elemento que une este mundo é o controle social. Berger (1993 apud CHATMAN, 1999) observa que uma função primária das normas sociais é dizer a um indivíduo exatamente o que ele pode fazer e o que ele pode esperar da vida. Assim, é fácil entender por que esses conjuntos de normas e valores são compartilhados e aceitos coletivamente.

¹ Life in a small world is one in which activities are routine, and predictable.



Outra maneira de definir um mundo pequeno é explorar a ideia de localização (CHATMAN, 1999), ou seja, o indivíduo se preocupa mais com o que está próximo, com o que é presente e concreto, do que com o que é remoto e abstrato.

Em suma, para membros de um mundo pequeno, limitado e sem acesso a informações “de fora”, a localização determina quais coisas cotidianas requerem concentração significativa e quais não requerem concentração alguma. Dentro desses limites, são consentidas certas maneiras de falar e de se comportar, como também de aceitar ou rejeitar informações. Nos contextos de mundo pequeno, se potencializa a **Pobreza em Informação**. O empobrecimento informacional acontece quando uma pessoa não deseja ou sente-se incapaz de resolver uma inquietação ou um problema crítico (CHATMAN, 1996). O entendimento é de que pessoas que vivem em horizontes informacionais limitados, para além de estarem excluídas dos fluxos informacionais de seu interesse, também avaliam quais os ganhos e perdas em compartilhar suas necessidades informacionais com pessoas que não são do seu círculo social. Ou seja, pessoas pobres em informação percebem-se desprovidas de quaisquer fontes de informação que poderiam ajudá-las. Nas reflexões de Chatman (1996) é o predomínio de alguns conceitos essenciais que constitui um estilo de vida pobre em informação, são eles: o Sigilo, o Engano, a Disposição para Assumir Riscos e a Relevância Situacional.

O sigilo fornece uma visão importante quanto à aquisição e ao uso da informação. O objetivo é proteger contra o compartilhamento de aspectos pessoais, e anseios por informação, em consequência, os indivíduos simplesmente deixam de ser receptivos às informações. O engano, por seu turno, é uma tentativa deliberada de mascarar a realidade, a qual vai sendo conscientemente distorcida, em um processo destinado a esconder a verdadeira condição, fornecendo informações falsas e enganosas sobre a real necessidade por informação. A disposição para assumir riscos se relaciona com os custos assumidos ao tornar público, aspectos de foro íntimo, para os quais, a solução atrela-se ao acesso informacional. Por fim, a relevância situacional diz respeito à utilidade conferida a determinada informação ou fonte informativa. A relevância significa que o que será de interesse é aquilo que é útil, plausível e urgente em resposta a alguma preocupação. Ou seja, a ideia seria de que, coisas que fazem sentido sejam relevantes em resposta à algum tipo de problema.



O resultado da junção de dois ou mais desses fatores é a menor possibilidade de recebimento de informações úteis e um comportamento que faz parecer que a informação solicitada é irrelevante, quando na verdade, ela poderia intervir efetivamente na vida das pessoas informacionalmente empobrecidas, como no caso das mulheres. (CHATMAN, 1996).

3 A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

A violência doméstica contra a mulher se constitui como um transtorno social enraizado na cultura patriarcal. Sandenberg, explica que essa violência é uma agressão contra a mulher apenas pelo fato de ser mulher. Essa brutalidade abarca todas as idades, classes, etnias e orientações sexuais. Inclui agressão ou sofrimento físico, mental ou sexual, ameaças, coerção e outros atos que privam as mulheres de liberdade e autonomia. Mas “é no âmbito familiar e doméstico, e principalmente da parte de parceiros ou ex-parceiros conjugais, que as mulheres acabam por vivenciar maiores situações de violência”. (SANDENBERG, 2016, p. 42). Portanto, a violência doméstica envolve relações pessoais e íntimas, conectadas a contextos afetivos e familiares. De modo geral, as vítimas silenciam seus sofrimentos, seja por medo, seja por desconhecimento de seus direitos ou falta de acesso à informação. No Brasil, a Lei nº 11.340 de 7 de agosto de 2006, conhecida como Lei Maria da Penha, representa grande avanço por criminalizar os atos violentos contra as mulheres. Mas ainda assim, muitas mulheres não sabem como utilizar-se dessa legislação em prol de seu bem estar. (TAVARES, 2015).

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Por buscar caracterizar o comportamento em informação das vítimas de violência doméstica, nosso estudo se caracteriza como descritivo, com uma abordagem qualitativa. Como instrumentos de coleta de dados, foram utilizados 02 (dois) roteiros de entrevistas semiestruturadas, aplicados com integrantes da organização analisada e com mulheres que foram atendidas pela entidade. Essas entrevistas aconteceram de forma remota, entre os meses de janeiro a março de 2022. A exploração dos resultados foi realizada com base em análise de conteúdo, por ser um meio de produzir inferências, a partir das entrevistas e observações de interesse da investigação. (FRANCO, 2021). A descrição das mensagens foi a primeira etapa da análise e a interpretação delas, a última. A inferência foi o procedimento intermediário que permitiu a passagem da descrição à interpretação. Os componentes das mensagens analisadas foram agrupados em uma categoria molar (mais ampla e relacionada



aos objetivos da pesquisa) e posteriormente houve um reagrupamento por categorias moleculares (mais específicas, de acordo com as inferências da pesquisadora), como apresentado no Quadro 1.

Quadro 1 - Criação de categorias de análise do conteúdo.

Categorias molares	Categorias moleculares	Descrição
As circunstâncias que impulsionaram a busca de informações no CMC	a. Vergonha de assumir sua condição de vítima de violência doméstica; b. O tempo necessário para romper com o silêncio; c. A cooperação e o acolhimento de outras mulheres.	Essas categorias tratam das circunstâncias que impulsionaram as mulheres a buscar informação no CMC.

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa.

5 O COMPORTAMENTO EM INFORMAÇÃO DAS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

5.1 Perfil Sociodemográfico

A primeira parte da entrevista buscou traçar o perfil sociodemográfico das entrevistadas, para preservar suas identidades, nomeamos cada uma das mulheres, com o nome de uma autora feminista negra brasileira. O Quadro 2 apresenta a síntese dos dados coletados.

Quadro 2 - Perfil das entrevistadas.

Nome	Idade	Cor	Estado Civil	Escolaridade	Profissão	Renda
Lélia Gonzalez	52	Negra	Divorciada	Analfabeta	Dona de casa	Menos de um salário mínimo
Conceição Evaristo	65	Parda	Divorciada	Ensino médio	Desempregada	Menos de um salário mínimo
Djamila Ribeiro	29	Negra	Casada	Ensino médio	Cabeleireira autônoma	Dois salários mínimos
Carla Akotirene	37	Negra	Separada	Ensino médio incompleto	Faxineira	Um salário mínimo e meio

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa.

O perfil sociodemográfico reforça a exclusão social e informacional dessas mulheres. Os dados retratam mulheres vivendo em vulnerabilidade social, trabalhadoras de baixa renda ou



desempregadas, com dificuldade em ter acesso à educação regular e, conseqüentemente, ao mercado de trabalho formal. Residentes em bairros pobres vivem em mundos pequenos, numa demarcação espacial e social com rotinas e preocupações em comum, circunscritas a um horizonte informacional restrito, cujos limites influenciam o seu comportamento em informação. Nesse mundo pequeno, como explicitado por Chatman (1999), as experiências em comum e as convicções são aceitas por todo o grupo, com o mínimo, e até nenhum questionamento, e assim se naturalizam e transformam-se em padrões de comportamento. A busca por informação, nesse contexto, necessita transpor barreiras impostas pelo próprio grupo social, evidenciando um comportamento em informação caracterizado pela pobreza em informação. (CHATMAN, 1996).

5.2 A pobreza em informação

A segunda parte das entrevistas caracterizou o comportamento em informação das mulheres, a partir dos conceitos definidos por Chatman (1996, 1999, 2000) os quais estão na essência da pobreza em informação. “Um mundo empobrecido de informações é aquele em que uma pessoa não deseja ou é incapaz de resolver uma inquietação ou preocupação crítica”. (CHATMAN, 1996, p. 197, tradução nossa)². As circunstâncias que envolveram o rompimento do ciclo de violência incluíram desconfiança, vulnerabilidade e incertezas. Os relatos evidenciam o difícil processo de reconhecer a condição da violência como um problema passível de solução, a partir da busca por informações e ajuda.

Quadro 3 - Vergonha e o medo de assumir sua condição de vítima de violência doméstica.

[...] Nos primeiros anos da relação, a gente acha que eles vão mudar, aquelas promessas de mudança que todo agressor faz, dizia que a culpa era da bebida e tudo mais. Mas, ao longo dos anos, fui percebendo que a mudança não viria. Então, começa a vir a parte da vergonha das pessoas, da vergonha dos vizinhos que podem achar que a gente apanha porque quer. Você vai perdendo a coragem de sair de casa, não consegue encarar ninguém de frente, olho no olho. E mesmo as pessoas que querem te ajudar, você se afasta, por medo e vergonha. Começa a esconder todo aquele sofrimento, aquela tortura... Queria me livrar daquilo, mas não sabia como, meus parentes nem imaginavam o que sofria e talvez nem me apoiassem a me separar. (LÉLIA GONZALEZ).

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa.

² An information-depleted world is one in which a person is unwilling or unable to resolve a critical problem or concern.



Quadro 4 - O tempo necessário para romper com o silêncio.

[...] eu nem sabia que tipo de ajuda eu precisava, mas sabia que tinha que fazer alguma coisa. Durante 10 anos eu tinha noção de que o que eu passava não era o certo, mas não tinha forças, nem tinha ninguém para me aconselhar da forma certa, ou me ensinar a buscar um esclarecimento certo sobre o que eu devia fazer. Nos últimos tempos eu estava precisando de uma orientação para não perder minha casa, estava desesperada, com medo de ficar sem teto, isso foi a pior coisa, a 'gota d'água' que me fez buscar o Centro das Mulheres, queria que elas me ensinassem com agir. (CARLA AKOTIRENE).

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa.

Quadro 5 - O apoio e o acolhimento de outras mulheres.

[...] Uma amiga me falou sobre o Centro das Mulheres do Cabo e também eu sabia que tinha uma vizinha que frequentava lá. Fui aconselhada por elas a buscar ajuda com as meninas do Centro. Então fui lá, expliquei pra elas o que estava acontecendo, e elas me orientaram me explicaram sobre os vários tipos de violência, que não é apenas física, que eu estava sofrendo violência moral e patrimonial, e que eu podia, inclusive, prestar queixa dele já pela Lei Maria da Penha. Eu não cogitei em ir à delegacia direto, não. Queria ouvir de pessoas mais simples, mais populares, que me entendesse mais, sobre o que eu devia fazer pra resolver o assunto... (CARLA AKOTIRENE).

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa.

Como se constata a partir das falas, as mulheres não sabiam a quem recorrer em busca de orientação. Essa dificuldade é mais uma expressão da pobreza em informação que as mantinha isoladas e circunscritas nos seus mundos pequenos. Essa dificuldade provoca perdas para toda a coletividade feminina, nesse ponto, nota-se o importante papel da ong, que se conecta com as mulheres por laços de confiança e credibilidade. Para Chatman (1999), nesse mundo pequeno as normas e o controle social delimitam o que as pessoas podem e devem esperar de suas vidas, uma vez que seus pontos de vista e suas perspectivas são submetidas ao julgamento da comunidade. Os relatos corroboram com a teoria dos estudos de Chatman. As mulheres hesitam em tornar público seu sofrimento, silenciam seus infortúnios, em consequência do medo dos comportamentos masculinos agressivos e do julgamento dos membros do seu grupo. As histórias narradas confirmam que, por muito tempo, elas não buscaram ajuda devido ao receio de serem ainda mais agredidas, ou até de pagarem o preço com a própria vida.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados coletados fornecem pistas que possibilitam perceber que as mulheres sentiam necessidade de manterem em sigilo sua condição de vítima. De acordo com Chatman (1996), o sigilo e o engano, são recursos de autoproteção para evitar o julgamento externo a respeito de nossas aflições, angústias e incertezas. Já a relevância situacional e a decisão de



assumir riscos, estão presentes quando as mulheres reconhecem que precisam resolver seus problemas, a partir do acesso a determinadas informações.

O silêncio que oculta muitos tipos de violência contra a mulher reforça a premissa de que a denúncia é importante, mas a mudança deve ser social. Somente quando o problema deixar de ser visto como pessoal, alcançando *status* de problema social, é que se poderá obter a visibilidade necessária ao fenômeno da violência doméstica contra a mulher. Esta nova percepção deve repercutir na família, na sociedade e nas políticas públicas do Estado. Como destacam Muniz e Fortunato (2018, p. 8), “A impulsão do Estado pelos movimentos feministas à busca dos direitos das mulheres é algo que se destaca, mas há muito que ser modificado, principalmente no que tange à valorização das mulheres na sociedade”.

Com efeito, embora perdesse a situação de violência, este estudo aponta que existem mulheres que lutaram e ainda lutam, por respeito e reconhecimento e contra as condições de opressão. Mulheres que, apesar da demora, iniciaram um processo para ampliar seu papel e seus direitos perante a sociedade, na perspectiva de alcançar uma vida sem violências, a partir da obtenção de apoio psicológico, social, jurídico dentre outros, para exercerem um novo papel na sociedade, o papel de cidadãs, empoderadas e protagonistas de sua própria historicidade.

Este não foi um estudo com resposta fácil. Para cada mulher, o problema da violência doméstica se apresenta cheio de nuances, embora a pesquisa mostre que o comportamento em informação é produto de normas sociais e envolve conflitos decorrentes das posições familiares, sociais e até mesmo culturais ocupadas pelas mulheres. Acreditamos que o estudo contribui para evidenciar as questões sociais que atravessam os fluxos informacionais na sociedade da informação. Mostrou, igualmente, as formas por meio das quais as barreiras informacionais de diversas esferas da vida cotidiana, e sob diferentes níveis, influenciam no comportamento em informação das mulheres que sofrem violência doméstica.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 11.340**, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Brasília (DF): Presidência da República, 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm. Acesso em: 12 maio 2022.



CENTRO DAS MULHERES DO CABO (CMC). Nossa história. [Site Oficial]. [2021].
Disponível em: <http://www.mulheresdocabo.org.br/>. Acesso em: 29 abr. 2022

CHATMAN, Elfreda Annmary. The impoverished life-world of outsiders. **Journal of the American Society for Information Science**, New York, v. 47, n. 3, p. 193-206, 1996.
Disponível em
<https://tefkos.comminfo.rutgers.edu/Courses/612/Articles/ChatmanOutsiders.pdf>.
Acesso em: 29 abr. 2022

CHATMAN, Elfreda Annmary. Theory of life in the round. **Journal of the American Society for Information Science**. New York, v. 50, n. 3, p. 207–217, 1999.

CHATMAN, Elfreda Annmary. Framing social life in theory and research. **The New Review of Information Behaviour Research**, London, v. 1, p. 3-17, Dez. 2000. Disponível em:
https://www.researchgate.net/publication/234822377_Framing_Social_Life_in_Theory_and_Research. Acesso em: 28 abr. 2022.

FRANCO, Maria Laura Puglisi Barbosa. **Análise de conteúdo**. 3. ed. Brasília: Liber Livro Editora, 2008.

GREGORI, Juciane de. Feminismos e resistência: trajetória histórica da luta política para conquista de direitos. **Caderno Espaço Feminino**, v. 30, n. 2, p. 47-68, jul./dez. 2017.
Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/nequem/article/view/38949/pdf>. Acesso em: 20 abr. 2022.

MUNIZ, Alexandre Carrinho; FORTUNATO, Tammy. Violência doméstica: da cultura ao direito. In: BRASIL. Conselho Nacional do Ministério Público. Violência contra a mulher: um olhar do Ministério Público brasileiro. p. 8-19. Brasília: CNMP, 2018

SARDENBERG, Cecilia Maria Bacellar, TAVARES, Márcia Santana, GOMES, Márcia Queiroz. Monitorando a Lei Maria da Penha: reflexões sobre a experiência do Observe. In: SARDENBERG, C.M.B., and TAVARES, M.S. comps. **Violência de gênero contra mulheres: suas diferentes faces e estratégias de enfrentamento e monitoramento** [online]. Salvador: EDUFBA, 2016, pp. 41-67. Disponível em:
http://books.scielo.org/id/q7h4k/pdf/sardenberg_9788523220167-03.pdf. Acesso em: 31 abr. 2022.

SARTI, Cynthia. Feminismo no Brasil: uma trajetória particular. **Cadernos de Pesquisa São Paulo**. v. 64, p. 38-47, fev. 1988. Disponível em:
<http://publicacoes.fcc.org.br/index.php/cp/article/view/1182/1188>. Acesso em: 20 abr. 2022.

TAVARES, Márcia Santana. Roda de conversa entre mulheres: denúncias sobre a lei Maria da Penha e descrença na justiça. *Revista Estudos Feministas*, v. 23, n. 2, p. 547- 559. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/HSVtWDww9Y7GwwfCGNR5Snz/?format=html>
Acesso em: 08 abr. 2022.